Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/03/2013 a 31/03/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Mapa intensifica fiscalizações em agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 01/03/2013 4

Ratos alimentados com milho da Monsanto desenvolvem tumores – Site do MST. 01/03/2013 4

Mapa registra 16 novas marcas de agrotóxicos biológicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/03/2013 6

Agrotóxicos sem veneno. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 05/03/2013 6

Indenização deve chegar a R$ 180 mil por pessoa exposta a metais pesados. Júlia Borba – Folha de São Paulo, Cotidiano. 06/03/2013 8

Guardiãs da vida e da terra. José Graziano da Silva – Valor Econômico, Opinião. 08/03/2013 9

Estoque de produto básico se mantém baixo no país. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 08/03/2013 11

Dilma zera tributo da cesta básica e apela a empresas que cortem preço. Tai Nalonvaldo Cruz – Folha de São Paulo, Mercado. 09/03/2013 12

Renda para sair da miséria não paga nem dieta básica – Folha de São Paulo, Poder. 10/03/2013 13

Plano alimentar mínimo é rico em calorias, mas pobre em nutrientes – Folha de São Paulo, Poder. 10/03/2013 14

Consumidor não deve sentir efeito integral de desoneração da cesta. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo, Mercado. 12/03/2013 15

Monsanto lança centro de pesquisa em Petrolina. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 12/03/2013 16

Preços da cesta básica sobem em vez de cair – Folha de São Paulo, Mercado. 13/03/2013 17

O governo e Dieta sem miséria – Folha de São Paulo, Opinião. 13/03/2013 19

Liberados agrotóxicos para controle da lagarta na Bahia – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/03/2013 20

Segurança alimentar em risco. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 14/03/2013 20

Campanha por uma alimentação saudável tem apoio da Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 19/03/2103 24

Commodities tendem a seguir em alta, diz OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/03/2013 25

Com feira, assentados paraibanos comemoram Dia Estadual de Combate aos Agrotóxicos – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013 26

Conab vê sinais de alívio na inflação dos alimentos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 21/03/2013 27

Incra inicia distribuição de 78,8 toneladas de alimentos para famílias acampadas no Rio Grande do Norte – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013 28

Governo vai liberar agrotóxico não registrado contra 'nova lagarta'. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 25/03/2013 29

Banco Mundial diz que preços mundiais de alimentos estão em declínio – O Estado de São Paulo, Economia. 27/03/2103 29

Comunidades africanas recebem 1,1 mil cestas da Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 27/03/2013 30

Neste mês de março, os últimos 2,5 milhões de beneficiários que ainda tinham renda abaixo de R$ 70 mensais passaram a receber um valor adicional do governo federal. Com isso, romperam a linha da miséria – Site do ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/03/2013 31

Entidades do interior do ES recebem 12 toneladas de alimentos – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/03/2013 32

Mapa intensifica fiscalizações em agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 01/03/2013

Em 2012 foram realizadas 1536 fiscalizações de agrotóxicos em todo Brasil

Nos últimos anos, as fiscalizações de agrotóxicos em produtos e estabelecimentos importadores e exportadores registraram um aumento significativo. Isso se deve a intensificação das ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que realizou 1.536, somente em 2012. Em 2005, foram 415 e, se comparado ao número de vistorias até os dias de hoje, isso representa um aumento de 73%.

De acordo com o chefe de Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos do Mapa, Álvaro Inácio, o papel do ministério é garantir que o insumo chegue até o produtor rural com a qualidade prevista no seu registro. "É notável o aumento no uso desses produtos, o que trouxe maior necessidade de controle e qualificação na fiscalização, tornando-a mais efetiva", explicou Álvaro.

A responsabilidade pelo controle desses produtos é dividida entre a União, os estados e os municípios. Cabe ao Ministério da Agricultura, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vistoriar as indústrias na produção, na importação e na exportação dos agrotóxicos. Já os estados, ficam encarregados de fiscalizar o comércio e o uso correto do produto pelo agricultor.

Penalidade **–** Caso as empresas não estejam adequadas às normas, a multa máxima para as indústrias pode chegar a R$ 19 mil, aplicada em dobro em caso de reincidência. "Todo produto que foi registrado e na ocasião da fiscalização apresente alguma inconformidade perante o registro ele é passivo de autuação. Muitas empresas já foram interditadas por fabricarem produtos sem registro", frisou Álvaro Inácio.

Ratos alimentados com milho da Monsanto desenvolvem tumores – Site do MST. 01/03/2013

Em setembro de 2012 a revista científica FoodandChemicalToxicology publicou uma pesquisa, liderada pelo cientista francês Gilles-Eric Séralini, professor da Universidade de Caen, na França, demonstrando que ratos alimentados com o milho transgênico da Monsanto NK603, tolerante ao herbicida glifosato, bem como ratos expostos em sua dieta ao próprio glifosato, apresentam maior propensão ao desenvolvimento de tumores.

A pesquisa caiu como uma bomba junto à opinião pública, uma vez que o milho em questão é amplamente cultivado nos países grandes produtores e exportadores de grãos (Brasil, EUA e Argentina) e seu consumo alimentar é autorizado até mesmo na Europa, onde existe maior resistência aos transgênicos. Provocou também grande mal estar entre os órgãos oficiais responsáveis pela avaliação e liberação comercial de transgênicos, uma vez que, além de apontar graves problemas em um produto já liberado, evidenciou a frouxidão dos critérios de avaliação de biossegurança adotados.Como tem acontecido

sempre que novas evidências apontando riscos de produtos transgênicos são publicadas, logo após a publicação os autores da pesquisa começaram a ser alvo de uma articulada e agressiva onda de ataques. Entre outros, criticaram-se as análises estatísticas realizadas, acusou-se a espécie de ratos utilizada no estudo de ser "naturalmente propensa ao desenvolvimento de tumores" e acusou-se o número de ratos empregados no experimento de insuficiente para sustentar as conclusões apresentadas.

Um grupo de membros da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) fez coro nesses ataques, inclusive assinando um documento internacional de críticas ao estudo.

As críticas foram todas respondidas pela equipe de Séralini, uma a uma. Mas uma coisa muito interessante a se destacar é que as supostas falhas apontadas no estudo francês não foram questionadas nos estudos apresentados pelas empresas de biotecnologia e que embasaram a liberação comercial de variedades transgênicas. Um exemplo: a linhagem de ratos de laboratório utilizada pelo estudo de Séralini é exatamente a mesma que foi utilizada no experimento que embasou sua liberação comercial. Quanto a isso, nenhuma crítica. Ou ainda: nenhum estudo que permitiu a autorização dos transgênicos tinha mais de 10 ratos medidos por grupo – número utilizado no estudo de Séralini. Isso sem considerar que no recente estudo francês os ratos foram monitorados ao longo de dois anos, isto é, todo o seu tempo de vida, enquanto o estudo que levou à autorização do milho NK 603 foi conduzido ao longo de apenas 13 semanas.

Mas o posicionamento visivelmente tendencioso de membros da CTNBio não para por aí. Em 21 de outubro de 2012 o Ministério das Relações Exteriores (MRE) solicitou à CTNBio informações acerca do estudo de Séralini. O pedido não foi levado ao conjunto dos membros da Comissão e, 3 dias depois, seu presidente direcionou um parecer ao MRE, informando que para responder à demanda do ministério ele havia indicado "em caráter de urgência uma comissão extraordinária". O documento, assinado por quatro pesquisadores, repete as críticas já rebatidas por Séralini.

O parecer, que estava pronto antes mesmo do pedido do MRE, havia sido colocado na pauta da reunião de 18 de outubro passado, mas a discussão fora adiada para a reunião seguinte do órgão, que seria realizada em novembro. O item, contudo, não entrou na pauta dessa reunião e o tal parecer passou a ser referido como justificativa para que a liberação do milho NK603 não fosse reavaliado pela CTNBio.

Agora, integrantes e ex-membros da Comissão prepararam um documento apresentando uma outra visão acerca da pesquisa sobre o milho NK 603. O documento foi apresentado à CTNBio na reunião ordinária de fevereiro de 2013, mas o presidente Flavio Finardi não o recebeu, indicando que fosse protocolado na secretaria do ministério para posterior encaminhamento ao Itamaraty.Em face de tamanha falta de consenso e da gravidade das novas descobertas é de se esperar – e cobrar – da CTNBioque abra um processo de reavaliação dos produtos transgênicos já liberados à luz de novas evidências científicas, a começar pelo milho NK603.

Mapa registra 16 novas marcas de agrotóxicos biológicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/03/2013

Em 2012, 16% dos produtos registrados foram biológicos e 5,6% químicos. Em 2011, havia somente 41 marcas de biológicos enquanto que em 2013 já são comercializadas 88, o que representa o dobro

Preocupado com a saúde humana e em preservar o meio ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incentiva cada vez mais o produtor rural a utilizar os agrotóxicos biológicos no combate às pragas nas lavouras. Esses tipos de defensivos são menos agressivos que os químicos tradicionais. Das 16 novas marcas registradas em 2012, 16% foram de agrotóxicos biológicos e 5,6% de químicos. Em 2011, havia somente 41 marcas de biológicos enquanto que em 2013 já são comercializadas 88, o que representa o dobro.

De acordo com o Coordenador- Geral Substituto de Agrotóxicos e Afins, Álvaro Inácio, o registro de produtos biológicos é prioridade do Governo Federal. "Esse incentivo promovido pelo Ministério da Agricultura busca ampliar o uso de praguicidas desse tipo além de reduzir o prazo para avaliação dos pedidos de certificação. Se o produto for eficaz e menos tóxico, o agricultor passará a adotá-lo", explicou.

Outro incentivo para o aumento do mercado de pesticidas biológicos foi a produção de alimentos orgânicos. Desde 2011, para estimular ainda mais o setor, o Mapa estabeleceu a venda livre (sem receita agronômica) destes produtos fitossanitários para a agricultura orgânica. "As exigências da legislação da agricultura orgânica permitiram maior agilidade no registro desses produtos que são menos perigosos para o ser humano," lembrou o coordenador.

Agrotóxicos sem veneno. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 05/03/2013

Pragas e doenças ameaçam a produtividade das lavouras em todo o mundo. No combate a esses organismos danosos, produtores rurais recorrem ao uso de defensivos agrícolas, que, por sua vez, afetam o meio ambiente. Seria possível praticar agricultura sem agroquímicos? Dificilmente.

No bê-á-bá da agronomia se aprende que um inseto somente pode ser considerado uma praga se causar danos econômicos às plantações. Isso porque, na natureza bruta, folhas e grãos são normalmente mastigados pelos bichinhos, que se reproduzem no limite estabelecido por seus predadores naturais. Quando, por qualquer motivo, se rompe o equilíbrio do ecossistema, altera-se a dinâmica das populações envolvidas naquela cadeia alimentar. Advêm problemas ecológicos.

Tudo começou quando, há cerca de 10 mil anos, a população humana se tornou sedentária. Surgiu daí a agricultura, inicialmente nos deltas fluviais, provocando os primeiros desequilíbrios ambientais. Pragas e doenças são relatadas desde essas remotas

origens da civilização. Gafanhotos nas plantações, pestes no rebanho e piolho nos campos se encontram entre as dez pragas bíblicas do Egito.

Cinzas de madeira foram os primeiros defensivos agrícolas. A partir de 1850, quando a população humana já atingira seu primeiro bilhão, alguns produtos químicos, como o arsênico e o mercúrio, começaram a ser utilizados. Muito tóxicos, acabaram abandonados. Em 1930, os habitantes da Terra chegavam aos 2 bilhões. Foi quando se descobriu a ação inseticida do DDT, derivado do cloro, utilizado na saúde pública para combater os insetos transmissores de doenças. Somente nos anos de 1960, quando a explosão populacional elevou para 3 bilhões a espécie humana, os defensivos químicos passaram a ser utilizados em grande escala no campo.

Em 1962, a bióloga norte-americana Raquel Carson publicou seu extraordinário livro Primavera Silenciosa, mostrando que ovos de pinguins da Antártida continham resíduos de pesticidas clorados. O alerta forçou os governos a atuar e obrigou a indústria a evoluir. Persistentes no meio ambiente, a primeira geração de produtos agrotóxicos clorados acabou mundialmente banida. Desde 1985 encontram-se proibidos no Brasil.

Nessa época, organizados na Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (Aeasp) e liderados por Walter Lazzarini, os profissionais exigiram leis mais rígidas para regular o uso e a aplicação dos agrotóxicos, incluindo, à semelhança dos médicos, a exigência da receita agronômica para a venda desses insumos. Nossa palavra de ordem era o "uso adequado e correto" dos defensivos agrícolas, não sua proibição total. O foco residia na agricultura de qualidade. Saímos vitoriosos.

Pois bem, Nem o aumento dos humanos, que já ultrapassaram 7 bilhões de habitantes, nem a expansão rural, que já ocupa 37% da superfície da Terra, cessaram. Embora a tecnologia tenha conseguido notáveis sucessos, o vetor básico continua atuando: novas bocas para alimentar exigem mais alimentos, que pressionam o desmatamento, que aumenta o desequilíbrio dos ecossistemas, que favorece o surgimento de pragas e doenças. Trajetória da civilização.

A safra brasileira tem batido recordes, ampliando o uso de defensivos agrícolas. Além do mais, nos trópicos o calor e a umidade favorecem o surgimento de pragas e doenças nas lavouras. Graças, porém, ao desenvolvimento tecnológico, nos últimos 40 anos se observou forte redução, ao redor de 90%, nas doses médias dos inseticidas e fungicidas aplicados na roça. Quer dizer, se antes um agricultor despejava dez litros de um produto por hectare, hoje ele aplica apenas um litro. Menos mal.

Fórmulas menos tóxicas, uso do controle biológico e integrado, métodos de cultivo eficientes, inseticidas derivados de plantas, vários elementos fundamentam um caminho no rumo da sustentabilidade. Os agroquímicos são mais certeiros, menos agressivos ao meio ambiente e trazem menores riscos de aplicação aos trabalhadores rurais. Nada, felizmente, piorou nessa agenda.

Surge agora, nos laboratórios, uma geração de moléculas que atuam exclusivamente sobre o metabolismo dos insetos-praga, bloqueando sinais vitais. Funcionam de forma seletiva, combatendo-os sem aniquilar os predadores naturais, nem afetar insetos benéficos ou animais mamíferos. No sentido ambiental, configuram-se como pesticidas não venenosos, deixando de ser "agrotóxicos". Sensacional.

Existe, ainda, contaminação de alimentos por agrotóxicos tradicionais. O problema, contudo, difere do de outrora, quando resíduos cancerígenos dominavam as amostras coletadas. Hoje a grande desconformidade recai sobre o uso de produtos químicos não autorizados para aquela lavoura pesquisada, embora permitidos em outras. Raramente se apontam resíduos químicos acima dos limites mínimos de tolerância.

Isso ocorre por dois motivos. Primeiro, o governo tem sido extremamente lerdo no registro de novos defensivos agrícolas. Segundo, mostra-se muito onerosa, para as empresas, cada autorização de uso para lavouras distintas.

Resultado: inexistindo produto "oficial" para o canteiro de pimentão, por exemplo, o horticultor utiliza aquele outro vendido para tomate. O problema, como se percebe, é mais agronômico, menos de saúde.

Muita gente critica os defensivos químicos, considera agrotóxico um palavrão. Mesmo na agricultura orgânica, imaginada como solução milagrosa, todavia, se permite utilizar caldas químicas elaboradas com sulfato de cobre, hidróxido de cálcio e enxofre.

Resumo da história: na escala requerida pela população, as lavouras sempre exigirão pesticidas contra organismos que as atacam. Importa o alimento ser saudável.

Indenização deve chegar a R$ 180 mil por pessoa exposta a metais pesados. Júlia Borba – Folha de São Paulo, Cotidiano. 06/03/2013

Acordo inclui construção de uma maternidade e pagamento de tratamento de saúde vitalício. Para a Shell, não há relação entre danos à saúde e contaminação ambiental em fábrica de pesticidas em SP.

As multinacionais Shell do Brasil (atualmente Raizen) e Basf finalizaram ontem acordo de conciliação milionário com ex-trabalhadores de uma fábrica de produtos químicos de Paulínia, no interior paulista (a 117 km de São Paulo).

O entendimento beneficia 1.068 pessoas, entre ex-funcionários e familiares, que sofreram contaminação pela exposição a metais pesados usados na produção de pesticidas no local. O problema começou nos anos 1990 (veja quadro nesta página).

Trabalhadores e seus advogados de defesa garantem que 62 pessoas já morreram vítimas do contato com as substâncias tóxicas e cancerígenas usadas na fábrica.

Para a Shell, foram cinco mortes e "não há evidência que ligue a contaminação ambiental às fatalidades".

O valor global do acordo, mediado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), chegou a R$ 370 milhões.

O número não inclui gastos que as empresas terão para arcar com o tratamento médico vitalício dos trabalhadores e seus dependentes.

A estimativa do TST é que, com essas despesas, o desembolso das multinacionais chegue a R$ 500 milhões.

"É ainda muito pouco para compensar a mudança existencial que atinge essas pessoas por causa da contaminação ambiental e danos à saúde, mas no nosso país já pode ser considerado um avanço", disse o advogado das vítimas, Mauro Menezes.

O acordo terá de ser aprovado pela direção das empresas e dos trabalhadores em assembleia. Caso seja aprovado, as partes voltam ao tribunal na segunda-feira para assinar o compromisso.

O processo tramita desde 2007 na Justiça brasileira. Além dele, há cerca de 70 outras ações semelhantes correndo em instâncias inferiores. Em todos esses casos, se a vítima desejar, será possível aderir ao acordo coletivo.

MATERNIDADE

O acordo prevê que as empresas terão de desembolsar R$ 50 milhões para construir uma maternidade na cidade.

Outros R$ 150 milhões serão doados pelas multinacionais para investimento no estudo das doenças sofridas pelos trabalhadores. O valor será dividido entre o Cerest (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) de Campinas e a Fundacentro, do Ministério do Trabalho.

Além dessas indenizações coletivas, há uma indenização individual por danos morais e materiais, fixada em R$ 170 milhões. Esse valor representará um pagamento aproximado de R$ 180 mil por pessoa - o valor a ser pago vai variar de acordo com critérios como tempo de trabalho.

Para o ministro que conduziu o caso no TST, João Oreste Dalazen, o acordo resolve um processo que tenderia a se arrastar "por uma geração". "Espera-se que todos concordem", disse.

Guardiãs da vida e da terra. José Graziano da Silva – Valor Econômico, Opinião. 08/03/2013

Em todo o mundo, mas especialmente nas regiões mais pobres do planeta, as mulheres personificam a força da vida que se renova diariamente no desmentido da fatalidade.

Vencer a fome para milhões de mulheres que compõe 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, por exemplo, não é uma meta distante, mas uma incumbência da rotina cotidiana.

As mulheres são como voluntárias anônimas dessa que é a guerra mais devastadora e, paradoxalmente, a de mais fácil solução em nosso tempo: superar a privação alimentar que atinge um em cada oito habitantes do planeta, cerca de 870 milhões de seres humanos.

Todos os anos, adverte a Organização Mundial da Saúde (OMS), a fome sozinha mata mais que doenças como a Aids, a malária e a tuberculose juntas.

Nos países em desenvolvimento, 30% da mortalidade infantil nos primeiros cinco anos de vida tem sua origem na desnutrição.

Depende em grande parte das mãos femininas o escrutínio diário entre o alimento e a mesa nua, em milhões de lares em todo o planeta.

Cabe aos governos e instituições de cooperação internacional dar-lhes um empoderamento correspondente a esse protagonismo. Municiando-as das ferramentas, dos direitos, das políticas e dos recursos necessários à eficácia de uma vigília incansável. Insubstituível.

Desde a gestação, a mulher é a grande sentinela na linha de frente da luta pela justiça social. Os primeiros mil dias na vida de uma criança, entre a gravidez e os dois anos de idade, marcarão para sempre o seu desenvolvimento.

Podem significar a diferença para mais ou para menos na contabilidade sombria que hoje acumula o saldo de 2,5 milhões de crianças mortas todos os anos, enredadas numa teia de fome e privações.

Nenhum programa sério de combate à pobreza e à desigualdade será bem sucedido se não incorporar como seu aliado quem figura como o primeiro abrigo da segurança alimentar em qualquer sociedade: a mulher.

Do ventre ao leite materno, dele à primeira fruta, da primeira porção de cereal à primeira refeição completa e dela às milhares seguintes, a nutrição humana conecta-se à oferta da natureza e às restrições da sociedade mediada pelo longo e generoso cordão umbilical do zelo feminino.

Revestir a mesa da família de algum alimento, ali onde a oferta é escassa, cara e muitas vezes improvável, requer frequentemente a extensão desse instinto materno no manejo da terra, adicionado de uma intimidade carnal com o ciclo da natureza e do alimento.

No gigantesco continente africano, fronteira onde se trava a principal batalha contra a fome no século XXI, cerca de 240 milhões de pessoas formam a maior proporção de famintos do mundo, equivalente a 23% da população regional.

É no espaço rural, onde vivem 60% dos africanos, que a luta contra a tragédia assume contornos decisivos. As mulheres chefiam uma em cada quatro lares rurais na África. Na porção sul do continente, essa participação sobe a 45%.

Guerras e conflitos éticos, migrações e colapsos ambientais exacerbaram a sua presença e o seu peso na força de trabalho agrícola nos últimos anos. No Norte da África ela saltou de 30% para 43%, desde 1980. Tornou-se majoritária em alguns países, caso do Lesoto, onde corresponde a mais de 65% dos que trabalham a terra.

O aumento das responsabilidades das mulheres significa uma dupla, às vezes uma tripla jornada - no campo, na família e na comunidade. Esses compromissos adicionais nem sempre são reconhecidos, valorizados e compartilhados com os homens e frequentemente torna-se uma trava no empoderamento da mulher nas sociedades.

No chão africano, como em outras terras distantes do globo, o dia feminino nasce junto ao fogo e amanhece com os pés na roça.

A mão que semeia é a mesma que rastreia a coleta da primeira refeição e se desdobra no amparo matinal à infância, no cuidado com os animais.

Muitas vezes, é essa mesma mão que traz a novidade para dentro de casa. A produção de um queijo, um artesanato, a introdução de uma nova semente, a reprodução de um caprino, a coleta do mel - reforços preciosos de um orçamento magro e uma dieta premida pela única certeza que reveste esse universo esquecido: a inconstância do alimento.

É imperioso resguardar esse lastro da vida, sobretudo nas regiões mais pobres, onde a infância e a adolescência femininas estão sendo capturadas precocemente pelo redemoinho da sobrevivência.

Mais de 61 milhões de meninas com idade entre cinco e 14 anos trabalham na agricultura atualmente, lembra a OIT.

Paradoxalmente, em todas as latitudes, são as mulheres que amargam um acesso mais restrito à propriedade jurídica da terra, que por extensão afeta seu direito ao crédito e aos insumos necessários à maximização de um esforço superlativo na cadeia comunitária.

A equiparação desses direitos e acessos, de modo a fechar o hiato de gênero na agricultura das nações mais vulneráveis, figura como uma das mais importantes políticas de segurança alimentar a serem implementadas por governos e instituições voltadas à cooperação internacional.

Não só contra a fome.

Sobretudo nas condições difíceis da luta pela sobrevivência em países pobres e em desenvolvimento, as mulheres frequentemente são quem impelem sociedades à busca da paz, cooperação, da segurança e da solidariedade.

Estoque de produto básico se mantém baixo no país. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 08/03/2013

O governo deve mesmo ficar preocupado com os estoques de alimentos básicos e com uma eventual pressão na inflação. Os dados de ontem da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) indicam que o volume total de alimentos no final desta safra 2012/13 será um dos menores dos últimos anos.

Os estoques de arroz serão de 1,4 milhão de toneladas, segundo estimativa da Conab. Esse volume é 39% menor do que a média dos quatro anos anteriores e suficiente para pouco mais de um mês de consumo.

O feijão, outra preocupação do governo devido aos recentes aumentos de preços, tem situação ainda mais delicada. Os estoques finais da safra 2012/13 serão de apenas 258 mil toneladas, abaixo das 324 mil de 2012, quando esse volume já tinha mostrado forte queda em relação às 636 mil de 2011.

Com a perda de espaço para outras culturas mais rentáveis, o feijão deverá ocupar uma área de 3,19 milhões de hectares neste ano, 2,3% menos do que no ano passado. A produção do país fica em 3,28 milhões de toneladas.

Os estoques de trigo também não são confortáveis. O país termina a safra 2012/13 com apenas 800 mil toneladas, 33% menos do que no ano passado.

A situação só não se complica muito porque os estoques de milho, cereal importante na produção de proteínas, sobem para 15,6 milhões neste ano. Tradicionalmente terminam a safra próximos de 6 milhões de toneladas,

Esse bom volume inibe elevações bruscas de preços no milho, mesmo com o mercado externo favorável às exportações nos últimos meses.

O país ficará mais confortável também com a soja, que terá estoques finais de 3,4 milhões de toneladas, ante 444 mil no ano passado.

A produção da oleaginosa deverá ser recorde, superando os 80 milhões de toneladas nesta safra.

Dilma zera tributo da cesta básica e apela a empresas que cortem preço. Tai Nalonvaldo Cruz – Folha de São Paulo, Mercado. 09/03/2013

Desoneração, anunciada em rede nacional, deve custar R$ 7,4 bilhões anualmente ao Tesouro. Dilma aproveita pronunciamento para dizer que não descuida "um só momento do controle da inflação".

Com a inflação em alta e a possibilidade de o BC voltar a subir os juros, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o governo zerou os tributos federais que incidiam sobre a cesta básica de alimentos.

Em discurso de 11 minutos em cadeia nacional de rádio e TV, disse ainda que reformulou a cesta básica e incluiu produtos de higiene pessoal, limpeza e, segundo ela, "de maior valor nutritivo".

A mudança foi publicada em edição extra do "Diário Oficial da União" e entrou ontem em vigor -medida provisória corta a cobrança de PIS/Cofins e um decreto zera o IPI de todos os produtos que ainda sofriam tributação.

A desoneração de tributos inclui carnes (bovina, suína, aves, peixes, ovinos e caprinos), café, óleo, manteiga, açúcar, papel higiênico, pasta de dente e sabonete.

A maior delas incidirá sobre o sabonete, com redução de 12,5% de PIS/Cofins e 5% de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Alimentos como leite, feijão, arroz, farinha de trigo ou massa, batata, legumes, pão e frutas já não sofriam tributação. O impacto anual estimado pelo governo é de R$ 7,4 bilhões. Só neste ano serão R$ 5,5 bilhões.

Na segunda-feira, o ministro Guido Mantega (Fazenda) vai se reunir com donos de supermercados e empresários da indústria de alimentos para pedir que o corte de tributos seja repassado aos preços dos produtos.

Dilma aproveitou o pronunciamento para fazer novamente uma defesa de sua política econômica. Afirmou que governa "este país com a mesma responsabilidade que você e seu marido governam sua casa" e que, por isso, não descuida "um só momento do controle da inflação".

"A estabilidade da economia é fundamental para todos nós. Mas é por isso também que não deixo de buscar sempre novas formas de baratear o custo de vida dos brasileiros e de proteger o seu poder de consumo e os seus direitos de consumidor", disse.

A inflação voltou a preocupar o governo e fez o BC sinalizar a possibilidade de subir os juros neste ano. O governo estima que a desoneração da cesta básica reduzirá a inflação em 0,60 ponto percentual. Para isso, porém, considera que será fundamental a colaboração de empresários.

Em seu pronunciamento, a presidente foi direta: "Conto com os empresários para que isso signifique uma redução de pelo menos 9,25% no preço das carnes, do café, da manteiga, do óleo de cozinha e de 12,5% na pasta de dentes, nos sabonetes, só para citar alguns exemplos".

Renda para sair da miséria não paga nem dieta básica – Folha de São Paulo, Poder. 10/03/2013

Governo adota R$ 70 para erradicar pobreza extrema, mas comida requer R$ 103. Linha baixa para deixar de ser miserável facilita cumprir promessa que será vitrine de Dilma para reeleição em 2014.

Os R$ 70 mensais per capita que a gestão Dilma Rousseff estabeleceu como linha de corte para erradicar a miséria são insuficientes para comprar os alimentos da dieta mínima recomendada pelo próprio governo federal.

Simulações da Folha mostram que, para adquirir as porções de comida estabelecidas no "Guia Alimentar para a População Brasileira", do Ministério da Saúde, seriam necessários, no mínimo, R$ 103 mensais -ou quase 50% a mais do que os R$ 70.

A diferença confirma aquilo que estudiosos já apontam desde 2011, quando o governo federal anunciou a criação da "linha oficial" da miséria, nunca atualizada pela inflação: ela é baixa demais.

A escolha do valor tem contornos eleitorais porque é a partir dele que Dilma vai mensurar seu esforço para erradicar a miséria no país, promessa feita em 2010 e futuro cerne de sua propaganda para tentar a reeleição em 2014.

Foi a partir desse critério também que, há mais de duas semanas, a presidente anunciou o fim da "miséria cadastrada" -por ter zerado, com uma expansão do Bolsa Família, o número de miseráveis no cadastro federal de pessoas com baixa renda.

Ao escolher uma linha baixa, Dilma tornou mais fácil cumprir a promessa -já que um teto menor acarreta menos pessoas extremamente pobres a serem resgatadas pelos programas sociais.

Apesar de o consumo alimentar mínimo ser um dos critérios mais tradicionais no desenho de linhas de miséria, não há unanimidade sobre a maneira de defini-las.

Por isso, diferentes entidades estipulam diferentes valores -a FGV (Fundação Getulio Vargas), por exemplo, tinha uma linha de R$ 138, quase o dobro dos R$ 70.

Preços mais baixos

O valor mínimo para pagar a dieta básica recomendada pelo governo se baseou nos preços médios captados em 19 cidades pelo Dieese.

A reportagem aglutinou os preços mais baixos encontrados, mesmo que em diferentes municípios, sem levar em conta a variedade de alimentos nas refeições e desconsiderando a inflação a partir do início do ano (os preços disponíveis eram os de janeiro).

Os preços individuais de cada cidade mostram um cenário ainda mais oneroso. Em Campo Grande, por exemplo, a dieta mínima custaria R$ 129; em São Paulo, R$ 155; em Manaus, R$ 193.

Os preços foram calculados antes da desoneração da cesta básica anunciada na sexta-feira, que não alteraria, no entanto, as conclusões.

Plano alimentar mínimo é rico em calorias, mas pobre em nutrientes – Folha de São Paulo, Poder. 10/03/2013

Segundo especialistas, com essa dieta é possível ficar obeso e desnutrido ao mesmo tempo. Nutricionista afirma que guia do governo está desatualizado; ministério diz seguir normas internacionais.

Especialistas que analisaram a dieta criada pela Folha para testar o limite da linha de miséria de R$ 70 afirmaram que fazer uma alimentação realmente equilibrada sairia ainda mais caro.

"Com todas essas calorias e na falta de vários nutrientes, podemos manter o peso elevado, mas sem saúde. Vai ter uma população até obesa, e desnutrida. Essa dieta teria que ser mais cara", afirma Celso Cukier, médico nutrólogo do Instituto de Metabolismo e Nutrição.

Para a nutricionista funcional Daniela Jobst, apesar de ser o último documento oficial, o guia do Ministério da Saúde está desatualizado.

Jobst trocaria, por exemplo, uma porção de cereais e uma de leite por mais uma de carne ou ovos.

"Essa diretriz é muito básica. Tem muita porção de farináceos, que até são mais baratos. As coisas boas para a saúde acabam sendo mais caras", afirmou a especialista em nutrição funcional.

Procurado, o Ministério da Saúde afirmou que o guia, de 2006, é o documento mais recente com diretrizes alimentares, baseadas em recomendações internacionais.

De acordo com o ministério, o documento está em reavaliação, feita rotineiramente. A pasta não quis, no entanto, se manifestar sobre o teor da reportagem.

Alternativas

O fato de R$ 70 não serem suficientes para comprar os alimentos da dieta não significa que quem ganha menos do que esse valor morreria de fome.

Boa parte dos miseráveis usa restaurantes populares (com refeições por R$ 1,25), se alimenta do que planta ou coleta recebe comida como esmola, come na escola ou troca pequenos serviços por alimentação.

Consumidor não deve sentir efeito integral de desoneração da cesta. Mariana Carneiro – Folha de São Paulo, Mercado. 12/03/2013

Analistas preveem que um terço da redução de tributo será absorvido como margem por empresários. Ainda assim, corte de impostos na cesta básica deve deixar inflação abaixo da meta (6,5%) neste mês.

A desoneração da cesta básica deve contribuir para segurar os preços até junho e evitar que a inflação supere o teto da meta estipulada pelo governo (6,5%) neste mês, dizem analistas. Mas o desconto não deverá chegar por inteiro aos consumidores.

Estimativa feita por economistas do Bradesco indica que um terço da redução de impostos deverá ser absorvido pelos empresários para recompor margem de lucro.

A redução de impostos poderia ter um impacto de 0,60 ponto percentual a menos na inflação. Mas, segundo estimativas do banco, deverá ficar ao redor de 0,40 ponto.

"Acreditamos que haverá alguma recomposição de margem por parte do varejo, ainda que seja a parcela minoritária", afirma relatório, divulgado ontem.

Imposto virou margem

A avaliação tem como base o comportamento dos empresários em duas desonerações recentes: a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de automóveis e de eletrodomésticos.

No primeiro caso, 16% do corte de imposto ocorrido em 2012 foi absorvido pelos empresários. No caso dos eletrodomésticos, o repasse foi menor e 60% ficaram retidos nas empresas.

O Bradesco levou em consideração a variação de preços nos primeiros meses após a vigência do desconto do imposto para os dois produtos.

Para Fábio Romão, da LCA Consultores, o impacto da desoneração da cesta básica poderia alcançar até 0,80 ponto percentual a menos na inflação (considerados efeitos indiretos). Mas deve ficar ao redor de 0,45 ponto.

Um dos fatores é que a cadeia nesses setores é mais longa -há mais etapas entre o produtor e o consumidor. E se trata de produtos de consumo indispensável.

Apesar de ter impacto menor do que o praticado pelo governo, a redução do tributo deve baixar a inflação já neste mês e terá efeitos sobre os índices de preços até junho. O que deve ser um alívio para o Banco Central.

Analistas acreditavam que a inflação acumulada em 12 meses furaria o teto da meta de 6,5% em março, depois de surpreender para cima em janeiro e fevereiro. E permaneceria alta até junho, quando as passagens de ônibus de Rio e SP deverão subir.

A desoneração da cesta básica mudou essa percepção. Nas novas projeções da LCA, divulgadas ontem, a inflação deve ficar dentro do intervalo de tolerância em março (6,47%) e se afastar do teto da meta. "Diminuem as chances de a inflação superar a meta, mas o risco ainda existe", diz Romão.

Com isso, investidores reduziram apostas de alta da taxa de juros (hoje em 7,25% ao ano) no curto prazo. Os contratos para janeiro/14 (mais negociados) recuaram 1,5%, de 7,96% para 7,84%.

Monsanto lança centro de pesquisa em Petrolina. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 12/03/2013

No momento em que a Monsanto completa 50 anos de Brasil, lança o que deverá ser o seu principal centro de pesquisas do país.

Localizado em Petrolina (PE), região de muito calor, clima seco e facilidade em irrigação, as pesquisas nessa região poderão encurtar em até três anos o tempo de lançamento de um novo produto no mercado, que chega a durar dez anos atualmente.

Mas se o momento é de investimentos para a empresa e de buscas de novas alternativas para o mercado, é também de atritos com boa parte dos produtores brasileiros, principalmente nas questões de patentes e de royalties.

O novo presidente da Monsanto do Brasil, Rodrigo Santos, admite que o momento é de dificuldades no relacionamento, mas afirma que "há mais convergência do que divergências" entre as duas partes.

Sobre a nova unidade da empresa, inaugurada ontem e que se soma a 35 outras espalhadas pelo país, ele diz que esta tem um peculiaridade porque "vai ser o grande centro de pesquisas do país".

Ela terá uma grande importância técnica para os planos da empresa e inicia as pesquisas focadas principalmente em milho. Soja, sorgo, algodão e cana-de-açúcar também estão na lista de pesquisas dessa unidade.

A grande diferença desse centro de pesquisa com os demais que a empresa tem é que o clima de Petrolina permite até três safras de grãos por ano.

Enquanto os outros centros focam produtos específicos para a região onde atuam, Petrolina terá um foco nacional, servindo de base para o melhoramento genético de sementes que serão utilizadas em todo o país.

AdolarFreitag, gerente de operações e pesquisas da unidade, diz que Petrolina será para o Brasil o que é o Havaí para os Estados Unidos e o Chile para a Europa. Norte-americanos e europeus, devido ao clima frio em parte do ano nas regiões produtoras, buscam essas outras regiões para complementar as pesquisas.

Diferenças

Os produtores de soja de Mato Grosso contestam a cobrança de royalties pela Monsanto, líder mundial em biotecnologia, porque alegam que a patente sobre a soja transgênica RR1 já teria vencido em 2010. A empresa norte-americana alega que a patente só vence em 2014. A questão está na Justiça e, até que haja uma definição, a Monsanto parou de cobrar os royalties.

Além dessa eventual perda financeira, caso perca esse processo na Justiça, a Monsanto depende ainda da aprovação da China para colocar no mercado a soja de segunda geração, a Intacta RR2 Pro, com foco especialmente para o Brasil.

Por ora, a empresa não tem as receitas dos royalties da soja RR1 e não pode comercializar a substituta dela. Uma situação inédita, mas que o presidente da empresa espera estar resolvida em breve.

Preços da cesta básica sobem em vez de cair – Folha de São Paulo, Mercado. 13/03/2013

Levantamento de 125 itens mostra que 7 barateiram, mas 12 encareceram. Segundo a associação de supermercados, o repasse depende de estoques e negociação com fornecedores.

Embora empresários do setor de supermercados tenham anunciado anteontem em Brasília que os preços de produtos da cesta básica cairiam a partir de ontem, a promessa ainda não se concretizou.

Levantamento dos preços de 25 itens da cesta, realizado pela Folha em lojas de cinco redes diferentes, mostrou que, de 125 preços, apenas 7 caíram, enquanto 12 subiram.

Entre os que encareceram estão até mesmo a carne, que, segundo a associação de supermercados, deveria já hoje apresentar a maior redução -da ordem de 6%.

Carnes bovina, suína, de frango e peixes estão entre os produtos que tiveram tributos cortados pelo governo federal, além de alimentos como manteiga, café e açúcar e itens de higiene pessoal, como sabonete e creme dental.

Dos itens que barateiram, no entanto, apenas dois foram beneficiados pela medida do governo: creme dental e leite em pó. Os outros cinco já eram desonerados: tomate, cebola, arroz e, em duas lojas, batata.

Amostras

A Folha visitou na segunda e ontem, no mesmo horário, lojas dos supermercados Pão de Açúcar, Carrefour, Extra, Walmart e Sonda, nas zonas oeste, norte e central de São Paulo.

Nas duas datas, os preços dos mesmos 25 itens, no mesmo peso e forma de apresentação, foram anotados.

Dos cinco supermercados visitados, Carrefour e Pão de Açúcar, ambos em Casa Verde, fixaram anúncios informando aos clientes que repassariam aos clientes os cortes de impostos federais.

Segundo a mensagem do Carrefour, exibida em um cavalete no hall de entrada, a empresa apoia a decisão do governo e está "trabalhando para reduzir o preço de centenas de produtos".

Já o anúncio do Pão de Açúcar, fixado em prateleiras, diz que, desde anteontem, os descontos atingiam os produtos da cesta básica.

A Abras preferiu não comentar o levantamento da Folha, porque ele não seguiu uma metodologia estatística.

A entidade, entretanto, informou que o repasse da desoneração da cesta básica para o consumidor ocorrerá paulatinamente e que depende da política de estoques e de negociação com fornecedores de cada empresa.

A Abras destacou ainda que orientou os seus associados a repassar integralmente a desoneração e que o setor está comprometido publicamente com a redução de preço dos itens beneficiados pela medida do governo.

Medida

Anunciada pela presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e TV, a desoneração da cesta básica entrou em vigor na sexta-feira. A medida provisória corta a cobrança de PIS/Cofins e IPI de todos os produtos que ainda sofriam tributação.

O governo espera impacto impacto anual de R$ 7,4 bilhões, R$ 5,5 bilhões neste ano.

O governo e Dieta sem miséria – Folha de São Paulo, Opinião. 13/03/2013

Os R$ 70 da linha oficial de pobreza extrema são insuficientes até para custear alimentação básica e necessitam ser corrigidos

A luta contra a pobreza extrema é uma bandeira que não se abandona com facilidade. Pode-se mesmo dizer que ela se tornou suprapartidária, embora identificada de imediato com o PT: todos se sentem moralmente impedidos, hoje em dia, de criticar políticas assistenciais voltadas para a parcela miserável da população.

Soa atraente, nesse contexto, o slogan "O fim da miséria é apenas um começo", lançado recentemente pela presidente Dilma Rousseff. Como peça publicitária, sobretudo em face de sua mais que provável candidatura à reeleição, a frase tem seus méritos. Como descrição da realidade, porém, esbarra no truque propagandístico e presta um desserviço ao país.

A campanha do governo federal afirma que, em dois anos, 22 milhões de brasileiros galgaram a linha da miséria. Segundo a publicidade oficial, todos os beneficiários do Bolsa Família deixaram a pobreza extrema. Restaria, agora, identificar alguns milhares de miseráveis não cadastrados para erradicar essa chaga social.

Oculto nas entrelinhas da planilha governista está o fato de que o critério de miséria adotado pelo Brasil em 2011 -R$ 70 de renda mensal familiar per capita- é ultrapassado e insuficiente.

Ultrapassado porque, há pelo menos duas décadas, especialistas têm afirmado que a dimensão monetária não pode ser a única variável no cálculo da pobreza. Equações mais modernas computam diversos outros indicadores, como saúde, educação, saneamento básico e moradia.

Insuficiente porque, como demonstrou reportagem desta Folha, R$ 70 não bastam nem para comprar os alimentos mais baratos da dieta mínima recomendada pelo próprio governo.

As porções recomendadas pelo Ministério da Saúde não saem por menos de R$ 103 mensais (a desoneração da cesta básica pouco mudará aí, pois parte do itens já estava livre de impostos). Para alcançar tal preço -quase 50% acima da linha de miséria oficial,

seria preciso ingerir, todos os dias, os mesmos itens. Uma alimentação balanceada custaria ainda mais.

Mesmo que não exista consenso sobre a melhor forma de medir a pobreza, há pouca divergência quanto à importância de qualquer métrica levar em conta, no mínimo, a capacidade de garantir o consumo alimentar básico.

A conclusão é inescapável: o valor estabelecido pelo governo Dilma é baixo e precisa ser atualizado. Presta-se antes ao ilusionismo que ao efetivo combate à indigência. Decretar que deixou de ser miserável um grupo que mal pode alimentar-se é apenas uma forma de mantê-lo exatamente como está.

Liberados agrotóxicos para controle da lagarta na Bahia – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/03/2013

O registro para utilização restrita dessas sustâncias foi concedido em caráter emergencial após negociações entre os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente

Para controlar o avanço da lagarta Helicoverpazea que está atacando lavouras de algodão, na região Oeste da Bahia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou o uso de dois produtos biológicos (Virus VPN HzSNPV e BacillusThuringiensis) e três químicos (Clorantraniliprole, Clorfenapyr e Indoxacarbe), no combate à praga. Estes agrotóxicos já possuem registro no Brasil e a extensão da aplicação destes será publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta sexta-feira, 15 de março. A partir desta data, os produtos já estarão disponíveis para comercialização.

A inserção para utilização restrita dessas sustâncias foi concedida em caráter emergencial após negociações entre os Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, no âmbito do Comitê Técnico para Assessoramento de Agrotóxicos (CTA). Outras estratégias também estão sendo estudadas para tratar das contingências e serão aprovadas ao longo da validade da emergência.

Atento aos fatos, o ministro Mendes Ribeiro Filho, entrou em contato com o governador da Bahia, Jacques Wagner, no início do mês de março, para informar sobre as medidas adotadas pelo ministério da Agricultura. Mendes Ribeiro também determinou que Embrapa designasse pesquisadores para acompanhar o assunto. Além disso, o Mapa criou ainda um gabinete de emergência fitossanitária, na Bahia, com o apoio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado.

Segurança alimentar em risco. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 14/03/2013

ONG que luta contra a pobreza faz um balanço das dez maiores empresas do setor de alimentos, sob a ótica social

As dez maiores empresas dos setores de alimentos e bebidas do mundo movimentam anualmente cerca de US$ 800 bilhões (o equivalente a R$ 1,6 trilhão). É um valor equivalente a cerca de 17% do produto interno bruto (PIB) brasileiro de 2011. Nesse universo estão Coca-Cola, Danone, General Mills, Kelloggs, MondelezInternational (Kraft), Mars, Nestlé, PepsiCo, Unilever e Associated British Foods (ABF) — a única da lista que não atua no Brasil. Juntas, elas geram receitas diárias de mais de US$ 1,1 bilhão e empregam milhões de pessoas direta e indiretamente. É uma cadeia produtiva gigantesca que começa a ser monitorada, especialmente quando o assunto é uso da água. Só que outros indicadores igualmente importantes, como apoio a pequenos agricultores, mão de obra feminina no campo e direito à terra, não recebem por parte dessas empresas o mesmo tratamento.

As informações são da britânica Oxfam, associação de organizações que trabalham pelo fim da pobreza e da desigualdade no mundo. No início do mês, o grupo divulgou o relatório "Por trás das marcas". Entre os problemas analisados estão fome, miséria, concentração de terra, exploração de mão de obra e acesso e uso da água, além da transparência de informação. As marcas foram avaliadas em suas atuações no Brasil, Costa do Marfim, Nigéria e Indonésia, todos grandes produtores de cacau. Entre elas, são raros os compromissos claros para questões relacionadas aos detalhes da enorme movimentação do mercado.

A publicação faz parte da campanha "Cresça: abra a boca para acabar com a fome", lançada pela Oxfam em mais de 45 países. O mote, aliás, tem causado polêmica por sugerir que os bancos negociadores de commodities agrícolas "especulam com a fome". O objetivo do estudo, porém, não segue por esse caminho. A ideia é sensibilizar os consumidores sobre a questão das cadeias produtivas ao alertar sobre a corresponsabilidade das empresas estudadas na redução das desigualdades sociais e econômicas ao longo de todo o processo de produção.

Notas para as empresas

No trabalho, são sete os temas considerados cruciais para uma produção agrícola sustentável. Mulheres, agricultores familiares e de pequena escala, trabalhadores rurais, água, terras, mudança climática e transparência. Cada uma destas categorias foi classificada em uma escala de um a dez. As empresas se saíram melhor nos indicadores de transparência e uso da água. As menores pontuações foram para o tratamento às mulheres e as políticas que buscam proteger os direitos dos pequenos agricultores.

— A análise que fazemos é que as empresas têm promessas fracas para diversos destes setores. A questão das terras dos agricultores é um exemplo. Elas precisam conhecer o impacto de seus negócios neste tipo de trabalhador — diz Rafael Cruz, assessor de políticas públicas da Oxfam no Brasil.

Dentro dos critérios estabelecidos, a Nestlé e a Unilever apresentaram melhor desempenho que as outras empresas. De 0 a 100%, obtiveram 54% e 49%, respectivamente. Estas, de acordo com a Oxfam, têm desenvolvido e publicado políticas

que visam combater os riscos sociais e ambientais dentro das cadeiras de fornecimento. As notas obtidas, porém, não foram consideradas satisfatórias. Na outra ponta do ranking estão a ABF (19%) e a Kellog (23%), que receberam as piores notas.

A pesquisa teve como base os dados disponíveis nos sites das matrizes das empresas e seus relatórios de sustentabilidade. O maior obstáculo da Oxfam foi o excessivo sigilo sobre suas cadeias de fornecimento de matérias-primas. O controle tornou as alegações de responsabilidade social e cuidados com o meio ambiente difíceis de serem verificados.

Junto com o trabalho, foi realizada uma pesquisa com os consumidores. No Brasil, 49% dos entrevistados discordaram da afirmação "eu realmente não tenho interesse em saber como os alimentos que compro são produzidos". Dos países avaliados (Estados Unidos, Filipinas, Espanha, Índia e Reino Unido), o país foi a nação que mais se mostrou interessada em saber todos os detalhes envolvidos no processo.

Em alguns casos, as políticas das empresas põem em risco a segurança alimentar. É que, segundo a Oxfam, as práticas do agronegócio seriam conflitantes com agricultura familiar, responsável por um terço dos alimentos consumidos pela população mundial.

De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares, a maioria dos agricultores familiares e produtores de pequena escala produzem para sua subsistência e para mercados locais e regionais. Ou seja, não integram as cadeias internacionais de abastecimento (com exceções para o cacau e o café). A presença do agronegócio, portanto, pode causar impacto sobre a capacidade de acessarem recursos naturais, mercado, crédito e assistência técnica.

Uma conclusão do trabalho é que as empresas não têm tomado medidas suficientes para evitar os altos níveis de emissão de gases de efeito estufa decorrentes da agricultura. Cinco delas nem chegam a divulgar em seus relatórios de sustentabilidade os dados referentes a emissões e nenhuma delas definiu metas para reduzir suas próprias emissões.

A questão da água também é abordada. Segundo pesquisadores da Oxfam, se ela continuar a ser usada da maneira que é hoje, não haverá o suficiente para todos no futuro. O aumento da sua utilização, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), foi duas vezes maior que o crescimento populacional do século passado. Durante os próximos 40 anos, a água do mundo terá de servir os sistemas agrícolas para alimentar e criar subsistência para mais 2,7 bilhões de pessoas.

Mulheres desvalorizadas

A maioria das empresas não propicia o acesso adequado de produtores de pequena escala e agricultores familiares às suas cadeias de fornecimento. Ainda de acordo com o estudo, nenhuma empresa se comprometeu a assegurar que eles recebam um preço justo por seus produtos. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Ifad, sigla em

inglês) diz que 400 e 500 milhões de pequenas áreas de cultivo fornecem meios de subsistência para aproximadamente dois a três bilhões de pessoas no mundo.

A situação das mulheres foi outro tema estudado. O trabalho concluiu que as empresas não demonstraram um compromisso com a promoção da igualdade de agricultoras e trabalhadoras rurais nas cadeias de abastecimento. Mulheres possuem alta representatividade nas atividades de remuneração mais baixa, enquanto homens são empregados em cargos mais bem pagos.

Os pesquisadores demonstram que as mulheres representam 43% da mão de obra do trabalho agrícola. Em Camarões, por exemplo, elas produzem até 80% dos alimentos, apesar de serem donas de apenas 2% das terras do país.

Cruz acredita que o comportamento das empresas seja motivado por total desconhecimento sobre as formas de produção e as condições de trabalho.

— Não costuma ser má fé. Muitas vezes é um comportamento institucional da empresa que acaba deixando passar algumas injustiças durante a cadeira produtiva. Talvez não estejam maduras o suficiente no sentido de inclusão social.

É preciso levar em conta o tamanho do mercado alimentício. Em todo o mundo, segundo dados coletados pela Oxfam junto a empresas e pesquisas divulgadas na imprensa, as pessoas bebem mais de quatro mil xícaras de Nescafé a cada segundo e consomem produtos da Coca-Cola 1,7 bilhão de vezes por dia.

Muitas vezes, porém, não têm todas as informações sobre o que se passa em toda a cadeia de produção.

A Nestlé, por exemplo, revelou em novembro de 2011 que não tinha informações a respeito da mão de obra de 20% do cacau que compra da Costa do Marfim e descobriu numerosos casos de trabalho em condições análogas aos trabalhos escravo e infantil no país.

Para Cruz, os programas de responsabilidade social e sustentabilidade adotados pelas empresas só serão efetivos quando os grupos empresariais adotarem políticas adequadas para orientar corretamente as operações de suas próprias cadeiras de fornecimento.

Uma das medidas deverá ser em torno das condições dadas aos trabalhadores. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a agricultura continua sendo um dos três setores de maior risco para se trabalhar, juntamente com a mineração e a construção civil. A exploração de mão de obra, condições de trabalho insalubres e os acordos informais de trabalho são generalizados neste setor, diz estudo da OIT.

— Consideramos o que é dito pelas empresas. Não temos como garantir a veracidade do que dizem. O faturamento da Nestlé, por exemplo, é três vezes maior que o PIB da Costa do Marfim. Como pedir para este governo fiscalizar a marca? — questiona Cruz.

Em nota, a Nestlé diz estar "orgulhosa" da primeira posição, mas reconhece que o aperfeiçoamento da segurança alimentar exige mais esforço.

A empresa garante estar comprometida com a melhoria do padrão de vida dos produtores e reconhece que a indústria tem desafios.

Em nota à imprensa, a Unilever reconhece que a inclusão de pequenos agricultores na cadeia alimentícia é essencial para o progresso e estabilidade de comunidades rurais. E concorda com a ênfase dada ao papel das mulheres no estudo.

Desde a divulgação do documento, as empresas têm se pronunciado à imprensa. De maneira geral, posicionando-se favoráveis a desenvolver suas ações para controlar os problemas citados.

Campanha por uma alimentação saudável tem apoio da Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 19/03/2103

O peso dos brasileiros vem aumentando nos últimos anos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a obesidade atinge 12,5% entre os homens e 16,9% entre as mulheres e o excesso de peso é observado na metade da população.

Pesquisas do Instituto também revelam que o consumo médio atual de frutas, legumes e verduras (FLV) pela população brasileira é menos da metade da recomendação (400g/dia) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Este cenário, associado ao maior consumo de alimentos industrializados e à baixa prática de atividade física, tem impacto direto na saúde dos brasileiros, contribuindo para o aumento da prevalência de excesso de peso e das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), principalmente das doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de neoplasias.

Para mudar esta realidade e incentivar uma melhor qualidade de vida à população brasileira, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), lançará, juntamente com os demais parceiros - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), Ministérios da Saúde (MS), Desenvolvimento Social, Combate a Fome (MDS) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort) - a primeira fase da Campanha de Incentivo ao Consumo de Frutas, Legumes e Verduras nas Ceasas. O evento acontece nesta terça-feira, 19/03, no Hotel San Marco, em Brasília.

O objetivo da campanha é sensibilizar os agentes de abastecimento das Centrais de Abastecimento (Ceasas) e a população em geral sobre a importância de uma alimentação adequada e saudável, com o foco no aumento do consumo de frutas, legumes e verduras.

Esta primeira etapa será direcionada ao público interno das Ceasas, como agricultores familiares, permissionários e concessionários. "Nesta fase, a campanha está voltada para

questões relacionadas à oferta de produtos com qualidade e seguros, com orientações aos agentes de abastecimento sobre a importância do uso de embalagens adequadas, rotulagem dos produtos, valorização de alimentos regionais, redução do desperdício, entre outros fatores", pondera a analista da Gerência de Modernização e Mercado Hortigranjeiro, Diracy Betânia Lacerda. A segunda fase será voltada aos consumidores que frequentam as Centrais de Abastecimento.

No dia seguinte ao lançamento será realizada na Conab, pelo grupo responsável pela campanha, uma oficina para capacitar os técnicos das ceasas que irão desenvolver as atividades. "Essas pessoas capacitadas serão responsáveis por sensibilizar os demais agentes do mercado atacadista", ressalta a analista.

Modernização dos Mercados Atacadistas de Hortigranjeiros - Prohort

O Prohort é um programa voltado para o apoio à modernização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, instituído em 2005 pela Portaria nº 171 do MAPA, para ser desenvolvido no âmbito da Conab. Sua finalidade é fomentar o desenvolvimento do setor de hortigranjeiro, garantindo o abastecimento, a melhoria e a ampliação das funções dos mercados atacadistas, tornando-os locais adequados para a execução e difusão de políticas públicas.

Commodities tendem a seguir em alta, diz OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/03/2013

Os preços nominais das commodities agrícolas tem tendência de alta nos próximos dez anos e deverão ficar entre 10% e 30%, em média, acima das cotações da década precedente. Foi o que afirmou ontem o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, na abertura do "Global CommoditiesForum", organizado pela Agência das Nações Unidas para Comércio e Agricultura (Unctad), em Genebra, na Suíça.

Ainda que as cotações agrícolas tenham em geral recuado recentemente no mercado internacional, em relação aos patamares históricos elas continuam elevadas, estimuladas por três fatores destacados pelo diretor da OMC: a crescente demanda, que resulta, entre outros fatores, da "transição nutricional que vem junto com a redução a pobreza"; do aumento dos custos dos insumos; e da reação mais lenta no lado da oferta. Nesta frente, vale destacar que adversidades climáticas colaboraram para quebras de produção de grãos em diversos países exportadores no ano passado.

Conforme Lamy, esse desenvolvimento coloca foco no comércio de commodities, sobretudo as que servem à produção de alimentos, na medida em que países importadores pobres terão uma fatura mais pesada para pagar, o que amplia as preocupações com segurança alimentar. Analistas em geral consideram que o Brasil continuará a ser um dos grandes ganhadores no comércio global de produtos agrícolas, pela sua competitividade.

Com feira, assentados paraibanos comemoram Dia Estadual de Combate aos Agrotóxicos – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013

Em apenas sete horas de duração, a feira agroecológica que marcou o Dia Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxicos, comemorado pela primeira vez nesta terça-feira, 19 de março, na Paraíba, conseguiu vender quase dez toneladas de alimentos.

A feira, realizada na praça de eventos Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa, teve 40 estandes de assentados da reforma agrária, representando a produção agroecológica de todas as regiões da Paraíba. No estado, atualmente, existem 40 feiras agroecológicas, sendo 16 já certificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A feira foi organizada por Incra/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), com o apoio de entidades que prestam assistência técnica nos assentamentos paraibanos.

Durante a abertura da programação, os assentados também ofereceram um café da manhã com produtos orgânicos a 500 pessoas. Os visitantes puderam saborear mamão, banana, melão, suco de acerola, pamonha, canjica, mungunzá, bolo de mandioca e tapioca. Todos os produtos fazem parte da agricultura desenvolvida apenas com defensivos naturais.

Cada brasileiro consome anualmente cerca de 5,2 kg de agrotóxicos e a realização deste evento serviu para despertar a sociedade paraibana sobre os perigos desta prática na produção dos alimentos. "A intenção do Incra é incentivar a transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica em todos os assentamentos paraibanos", afirmou o superintendente do Incra-PB, Cleofas Caju.

Programação cultural

Durante a programação houve a apresentação do grupo de música regional "Os Cabras de Mateus", e também a participação do poeta da reforma agrária, João Muniz, além de grupos de ciranda e de teatro, formados por assentados da reforma agrária.

No palco, montado na praça, algumas pessoas, vítimas de intoxicação por agrotóxicos, deram depoimentos sobre os problemas de saúde que sofreram, contando como ficaram suas vidas depois da prática da agricultura com defensivos naturais.

Seu Aluísio Agostinho, 63 anos, do assentamento Nova Tatiana, em Pedras de Fogo, no litoral da Paraíba, contou que usou agrotóxicos nas lavouras de abacaxi e mandioca durante 25 anos. Ele disse que foi obrigado a deixar de trabalhar na agricultura, porque desenvolveu doenças cardíacas devido ao uso de veneno. A parcela de Seu Agostinho agora é cultivada pelos filhos, que aprenderam a fazer e a usar os defensivos orgânicos e biofertilizantes com a equipe que presta assistência técnica no assentamento.

O assentado Manuel Guilhermino, de 63 anos, do assentamento Nova Taipu, em São Miguel de Taipu, na Zona da Mata, disse que chegava a sangrar pelo nariz quando estava aplicando veneno nas lavouras. Ele hoje trabalha com defensivos naturais e fundou a "Associação de Produtos Orgânicos e Apicultores do Novo Taipu".

Parceiros

Na realização da feira, foram parceiros do Incra/PB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de João Pessoa (Cerest-JP), o Pólo da Borborema, a Articulação do Semi-Árido (ASA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/PB), a Federação do Trabalhadores na Agricultura do estado da Paraíba (Fetag/PB), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade do Estado da Paraíba (UEPB), a Pastoral da Juventude Rural e o Fórum Estadual da Economia Solidária, além do deputado estadual Frei Anastácio e de diversas instituições públicas estaduais, municipais e federais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e as Secretarias de Saúde, Educação e de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa. Muitos desses parceiros também montaram tendas com exemplos exitosos da agricultura orgânica.

Conab vê sinais de alívio na inflação dos alimentos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 21/03/2013

Após o governo iniciar, no mês passado, uma grande operação para coordenar as expectativas do mercado em relação à inflação, a presidente Dilma Rousseff recebeu uma boa notícia da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): vários alimentos - o principal vilão da alta dos preços neste início de ano - devem ficar mais baratos a partir das próximas semanas.

Segundo a estatal, a tendência de queda será observada com mais clareza no arroz, milho, batata e carnes em geral. O tomate deve sofrer oscilações, e o feijão se manterá no atual patamar, podendo registrar altas "pontuais". A explicação é que o clima mais favorável, embora aquém do ideal, abriu caminho para uma recomposição da oferta após a quebra de produção do ano passado.

Em fevereiro, o preço do arroz medido pelo IPCA já recuou 0,57% em relação a janeiro, enquanto o grupo das carnes registrou queda de 0,13%. Só neste mês, segundo a Conab, o preço do arroz pago ao produtor caiu 5,21% em Sorriso (MT) e 9,38% em Pelotas (RS). O analista de arroz da estatal, Sérgio Roberto Santos, escreve em relatório que o mercado já começa a precificar o início da colheita do cereal.

Embora tenham subido neste início de ano, os preços da batata e do tomate deverão oscilar nos próximos meses e encerrar 2013 nos patamares atuais. A batata inglesa subiu 7,90% no IPCA de fevereiro. Já o tomate subiu, 20,17%, mas deve começar a cair a partir de abril.

O único produto que preocupa a Conab é o feijão. A previsão é que a produção deste ano fique entre 3 milhões e 3,1 milhões de toneladas, pouco acima das 2,9 milhões colhidas na última safra. O especialista em feijão da Conab, João Figueiredo Ruas, afirma que a previsão para o ano é de preços estáveis ou até mais altos para o consumidor. "Estamos tendo uma forte quebra na primeira safra, e a segunda corre risco", afirmou Ruas.

Em contrapartida, o milho tende a registrar uma desvalorização acentuada no segundo semestre. O Brasil deve produzir 76 milhões de toneladas do grão na safra atual, um recorde, com crescimento de 4% em relação ao ano passado. Além disso, os Estados Unidos podem aumentar a produção de milho em até 100 milhões de toneladas nesta safra, recuperando-se dos efeitos da pior estiagem em quase 50 anos em 2012.

O governo também atua em outras frentes para tentar frear a alta dos alimentos e bebidas, que registraram alta de 1,45% em fevereiro na comparação com janeiro. Na segunda-feira, o governo autorizou a importação de um milhão de toneladas de trigo para compensar a redução da oferta na Argentina, o principal fornecedor do cereal para o Brasil. No mês passado, a commodity registrou alta de 4,67%.

Além disso, o governo anunciou na semana passada a desoneração de uma série de produtos da cesta básica - carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina, além de itens de limpeza e higiene pessoal. Outros produtos da cesta básica como arroz, feijão, farinha de trigo ou massa, batata, legumes, pão e frutas, já eram isentos de impostos federais.

A Conab e o Ministério da Agricultura confiam tanto na queda das commodities que a recomposição dos estoques públicos, bastante reduzidos, não será feita neste momento. Para repor os baixos volumes, foi criado um grupo de trabalho interministerial para definir políticas para compra de alimentos e grãos. "Sabemos que os preços devem cair, principalmente o milho, após julho. Vamos esperar a queda para comprar", disse um integrante do grupo.

Incra inicia distribuição de 78,8 toneladas de alimentos para famílias acampadas no Rio Grande do Norte – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013

A Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Rio Grande do Norte iniciou nesta segunda-feira (18) a entrega de 78,8 toneladas de alimentos para 3.586 famílias acampadas, em sete dos dez Territórios da Cidadania existentes no estado potiguar. Os itens que compõem as cestas foram adquiridos pelo governo federal, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O kit alimentar é composto por 22 quilos de alimentos, distribuídos em oito produtos. Cada família recebe dez quilos de arroz, três de feijão, dois de farinha de mandioca, dois de açúcar, um de floco de milho, um de macarrão, um de leite em pó e dois litros de óleo de soja.

A iniciativa faz parte do Programa Fome Zero, destinado a promover segurança alimentar e nutricional para pessoas com dificuldades de acesso a alimentos. O programa também tem o objetivo de atender às famílias acampadas, no momento em que o Rio Grande do Norte vive uma das piores secas de sua história.

A entrega dos alimentos está sendo divida por regiões. A primeira etapa ocorreu na entre os dias 18 e 23 de março, nos Territórios de Açu/Mossoró e Seridó, quando foram entregues 780 cestas para famílias acampadas em Boa Sorte e Coração de Jesus, no município de Assú; Antônio Batista, no município de Carnaúbas; Manoel de Matos, no município de Santana dos Matos; Santa Júlia e Cirilo de Oliveira Neto, em Mossoró e Santa Terezinha e Santo Antônio, em Lagoa Nova.

Nos Territórios Terra dos Potiguaras, Potengi, Trairi e Agreste deverão ser entregues 735 cestas básicas entre os dias 26 e 30 de março, atendendo às famílias dos municípios de Macaíba, Riachuelo, Jardim de Angicos, Vera Cruz, Canguaretama, Montanhas, Nova Cruz e Boa Saúde. De 01 a 06 de abril, será a vez das famílias acampadas em áreas dos municípios de São Pedro, São Paulo do Potengi, Senador Eloi de Souza, Serra Caiada, Maxaranguape, São Bento do Norte, São Miguel do Gosto, Taípu e Poço Branco, na região Canavieira/Central/Seridó, receberem 709 cestas básicas.

Para o Território do Mato Grande, a ação será dividida em duas semanas. Na primeira, entre os dias 09 e 13 de abril, os municípios de São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Parazinho e Pureza receberão 705 cestas. Por fim, as últimas 713 cestas de alimentos deverão ser entregues aos acampados dos municípios de Ceará-Mirim, Touros, São Tomé e João Câmara, entre os dias 16 e 20 de abril. Com isso, será encerrado o ciclo de entrega das primeiras de cestas de alimentos para acampados do Rio Grande do Norte em 2013.

Governo vai liberar agrotóxico não registrado contra 'nova lagarta'. Tarso Veloso – Valor Econômico, Empresas. 25/03/2013

O governo prepara uma campanha fitossanitária contra a lagarta Helicoverpaarmigera, uma espécie exótica no Brasil, que vem causando prejuízos aos produtores de soja e algodão. O Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), formado por representantes dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde vai autorizar a comercialização do Benzoato de Emamectina durante um período para o combate à praga.

Segundo um membro do CTA, o produto não se encaixa nas regras brasileiras de eficiência e toxidade, mas é a única opção no curto prazo. Segundo estimativas, as perdas causadas pela lagarta nas últimas duas safras somam R$ 2 bilhões.

Banco Mundial diz que preços mundiais de alimentos estão em declínio – O Estado de São Paulo, Economia. 27/03/2103

Os preços globais de alimentos caíram nos últimos meses, já que a menor demanda por cereais e uma melhor oferta empurraram os preços para baixo, disse o Banco Mundial nesta quarta-feira, alertando que os preços ainda estavam voláteis e próximos de suas máximas recordes.

O Índice de Preços de Alimentos do Banco Mundial mostrou que os preços internacionais do trigo recuaram 11 por cento; do açúcar, 10 por cento; e do milho, 6 por cento; durante o período de quatro meses entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013.

A instituição disse que a menor procura por cereais, devido a uma queda acentuada no uso de ração de trigo e a uma diminuição no consumo de milho para etanol nos Estados Unidos, tem pressionado os preços para baixo. Condições climáticas favoráveis em algumas regiões também aumentaram as esperanças de uma oferta melhor para 2013.

No entanto, os preços globais dos alimentos permanecem apenas 9 por cento abaixo do recorde histórico registrado em agosto de 2012, disse o Banco Mundial.

"Isso significa que apesar das quedas sustentadas, os preços internacionais dos alimentos continuam muito elevados e ainda perto de seus picos históricos", afirmou a instituição.

O banco, que trabalha no combate à pobreza, também expressou preocupação com a seca nos Estados Unidos e as chuvas fracas na Argentina, África do Sul e Austrália, que lançam dúvidas sobre a oferta nos próximos meses.

Os preços globais do petróleo também subiram por três meses consecutivos, o que também pode pesar sobre os preços de alimentos por causa dos custos mais elevados do transporte.

Uma queda nos estoques acumulados de arroz da Tailândia, estimados em 12 milhões de toneladas, o equivalente a um terço do total de arroz negociado no mundo, poderá desestabilizar os mercados de alimentos, acrescentou o Banco Mundial.

Comunidades africanas recebem 1,1 mil cestas da Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 27/03/2013

Comunidades tradicionais africanas de Belém, no Pará, recebem até o dia 27, quarta-feira, 1,1 mil cestas de alimentos que serão repassadas pela superintendência estadual da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A quantidade é equivalente a 50% do total de cestas distribuídas em todo o ano de 2012 para essas comunidades.

A distribuição será feita para três pólos: serão 497 cestas para o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro Brasileira – INTECAB; 203 cestas para o Instituto Nangetu de Tradição Afro-Religiosa e Desenvolvimento Social; e 400 cestas para a Associação Afro-Religiosa e Cultural “Ilê IyabaOmi”.

Os produtos estão armazenados na unidade da Companhia em Ananindeua, na grande Belém, e são oriundos da produção da agricultura familiar e de compras em leilão. A distribuição está acontecendo desde a última segunda-feira (25). Atualmente a Sureg/PA

possui 1100 famílias de comunidades/associações terreiros, cadastradas como beneficiários.

Neste mês de março, os últimos 2,5 milhões de beneficiários que ainda tinham renda abaixo de R$ 70 mensais passaram a receber um valor adicional do governo federal. Com isso, romperam a linha da miséria – Site do ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/03/2013

O país fecha nesta quinta-feira (28) um ciclo da política de inclusão social que começou a ser implantada em 2003 e ganhou impulso decisivo com o Plano Brasil Sem Miséria, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em 2011. É o início do fim da miséria: a partir desta data, o Bolsa Família não tem mais beneficiário algum em situação de extrema pobreza. Neste mês, os últimos 2,5 milhões de brasileiros que ainda viviam nessa condição passaram a receber, além do valor mensal do programa, um complemento para garantir que todos tenham renda mensal acima de R$ 70. Ao todo, o governo federal retirou da extrema pobreza, nos últimos dois anos, 22 milhões de pessoas cadastradas no Bolsa Família, que beneficia atualmente 13,8 milhões de famílias.

"É um passo muito importante que foi dado este mês", diz o secretário nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Luís Henrique Paiva. "As famílias beneficiadas com a complementação do Bolsa Família, mesmo com o rendimento próprio e os benefícios tradicionais do programa, não conseguiam ultrapassar a renda mensal por pessoa de R$ 70, que é a linha oficial da extrema pobreza. Com a complementação, elas superaram essa situação."

De acordo com o secretário, o desafio agora é localizar cerca de 700 mil famílias que ainda vivem na extrema pobreza e estão fora do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em parceria com os governos estaduais e municipais, o MDS desenvolve ações de busca ativa para chegar a essas pessoas e inclui-las no Cadastro Único, a fim de que possam ser beneficiárias do Bolsa Família.

"Vamos continuar, junto com municípios, estados e demais parceiros, com as ações de busca ativa", reforça Luís Henrique. "A busca ativa não é uma receita simples, é complexa. Ela envolve um grande conjunto de estratégias diferentes, de acordo com cada região do Brasil, para que possamos localizar essas famílias e inclui-las no Cadastro Único."

A transferência de renda é apenas o começo. Além do Bolsa Família, o Cadastro Único também é o caminho para que as pessoas de baixa renda possam ser beneficiadas por ações de inclusão produtiva urbana e rural e de acesso a serviços públicos do Brasil Sem Miséria. Entre elas, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Bolsa Verde, Água para Todos, Luz para Todos, Programa Mais Educação, Programa Minha Casa, Minha Vida e os serviços de assistência social e da rede de Unidades Básicas de Saúde.

“A extrema pobreza, assim como a pobreza, é um fenômeno multidimensional”, observa o secretário. “A extrema pobreza monetária é uma face dessa situação. Por isso, o governo quer alcançar essas famílias não apenas com a renda e com o cadastramento, mas também com um conjunto de serviços que permite melhorar a vida delas.”

O secretário extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do MDS, Tiago Falcão, acrescenta: “É todo um esforço [para a superação da extrema pobreza] que vai além do governo federal e que tem apresentado resultados muito positivos. Isso nos dá a perspectiva de que realmente conseguiremos, até 2014, transformar o país, oferecendo melhores condições de vida para a população, com acesso a serviços públicos de melhor qualidade e maior escala.”

Entidades do interior do ES recebem 12 toneladas de alimentos – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/03/2013

Na próxima segunda-feira (1°), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fará a doação de 12 toneladas de alimentos a duas entidades do município de Castelo, no interior do Espírito Santo: o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Penha e a Associação de Moradores de Aracuí.

Um total de 312 pessoas serão beneficiadas com frutas e pão caseiro de produtores da Associação dos Moradores e Produtores de Apeninos. A ação é resultado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação).

O Superintendente da Conab no Espírito Santo, Brício Alves dos Santos Júnior, participa da entrega. (Thais Margalho/Conab)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Karina Kato, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa